COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 699, DE 2017

Susta os efeitos do Decreto nº 9.048, de 10 de maio de 2017, que "Altera o decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias".

Autor: Deputado Alessandro Molon

Relator: Deputado Wilson Beserra

I - RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo que chega a esta Comissão para exame, pretende sustar os efeitos do Decreto nº 9.048/2017, que promove mudanças no Decreto nº 8.033/2013, que regulamenta a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, norma essa que estabelece as diretrizes para a exploração dos portos organizados e instalações portuárias.

O Autor justifica que o Decreto em questão foi editado em completo desacordo com os princípios constitucionais que devem orientar a administração pública, sobretudo os princípios da moralidade, probidade e impessoalidade. Ainda de acordo com Autor, as provas apresentadas pelo Ministério Público Federal apontam que o decreto teria sido editado para beneficiar indevidamente algumas empresas que atuam no Porto de Santos, portanto, eivado do vício de desvio de finalidade.

Os projetos foram distribuídos à Comissão de Viação e Transportes – CVT – e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC. Estão sujeitos, porém, à apreciação do Plenário desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de matéria de grande relevância, pois o normativo que o projeto de decreto legislativo pretende sustar regulamenta artigos importantes da Lei dos Portos (Lei nº 12. 815/13), tratando, entre outras coisas, dos prazos e das regras para a prorrogação dos contratos de concessão e arrendamento.

Primeiro, é preciso ressaltar que entendemos a preocupação do nobre Autor da proposta, no sentido de impedir que o instrumento do decreto seja utilizado de forma indevida pelo Poder Executivo.

Entretanto, em que pese a boa intenção do Parlamentar, nos cabe apenas avaliar se, ao regulamentar o tema em questão, o Presidente da República ateu-se a sua competência executiva ou extrapolou seu poder regulamentar. O entendimento da nossa melhor doutrina é que cabe ao Poder Executivo apenas detalhar as regras previstas em lei, em estrito cumprimento aos limites do seu poder de regulamentação. Então, vejamos.

O inciso IV do art. 84 da Constituição Federal estabelece que cabe ao Presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução. Portanto, os decretos são atos administrativos da competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinados a contemplar as situações abstratamente previstas, de modo expresso ou implícito, no texto da lei. De acordo com a doutrina, os regulamentos existem para a melhor aplicação da lei, definindo os procedimentos a serem seguidos pela Administração e as condições para que ela cumpra o objetivo do texto legal.

A Lei dos Portos, editada em 05 de junho de 2013, define as regras gerais para a exploração do setor portuário, mas, na impossibilidade de esgotar e esmiuçar um assunto de tal magnitude, remete ao regulamento, em pelo menos vinte passagens, a definição de regras específicas para aplicação da Lei. Nessas remissões, o Parlamento dá ao Executivo poder para detalhar regras sobre a concessão dos portos organizados, o arrendamento das instalações portuárias, bem como sobre a autorização para exploração de instalações portuárias fora da área dos portos organizados. Também remete para o regulamento a definição de pormenores com relação à administração do porto, à operação portuária e ao trabalho portuário.

Como se vê, praticamente todos os assuntos tratados na Lei, em razão da complexidade, exigem a edição de normas regulamentares para a sua aplicação. Os Decretos regulamentadores, portanto, serviram para detalhar certos aspectos previstos no texto da Lei dos Portos, garantindo-lhe clareza e aplicabilidade.

O Decreto nº 9.048/2017, de maneira geral, alterou regras referentes às transferências de titularidade e de controle societário, aos estudos de viabilidade, à prorrogação dos contratos de concessão e arrendamento, à ampliação da área dos arrendamentos portuários, definindo também regras para adaptação dos contratos e para os investimentos previstos, inclusive revisão de cronograma. São questões importantes do marco regulatório do setor portuário, mas absolutamente passíveis de serem regulamentados por decreto.

Portanto, em nosso entender, nada mais fez o Presidente da República do que utilizar a prerrogativa que lhe foi outorgada pelo Congresso Nacional, quando aprovou a Lei nº 12.815/13 e remeteu ao decreto a regulamentação de vários de seus pontos.

Assim, entendemos que não houve qualquer extrapolação do poder normativo da Presidência da República na edição do Decreto nº 9.048/15, que justifique a sustação dos seus efeitos, por meio de Decreto Legislativo.

Em face do exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, voto pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 699 de 2017.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado WILSON BESSERA
Relator